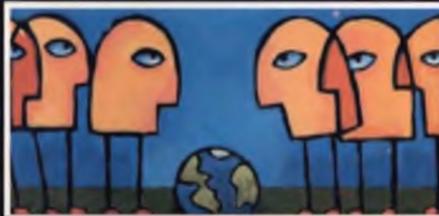
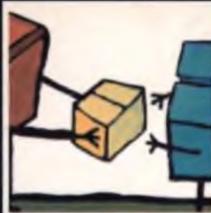


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

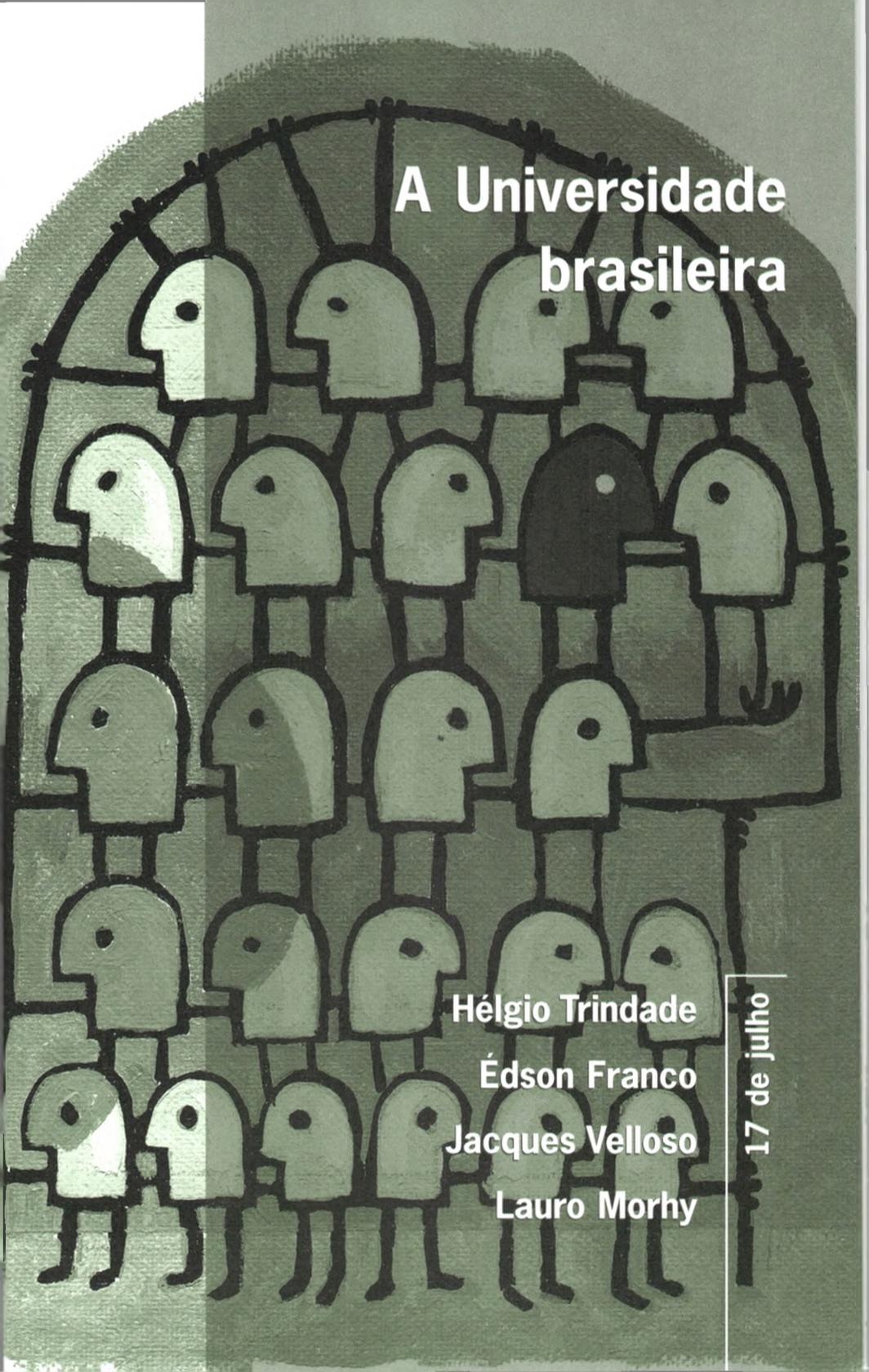
Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



A Universidade brasileira

Hélgio Trindade

Édson Franco

Jacques Velloso

Lauro Morhy

17 de julho

Universidade: casa de idéias

Édson Franco

Desejo afirmar que entendo a Universidade como uma “casa de idéias”, na qual a imaginação é tão ou mais importante que o conhecimento à medida que o conhecimento já é e a imaginação busca ser o que ainda não é. Afirmando que, em escola, não há economia de escala na razão direta de que o crescimento representa maior soma de compromissos, não exigidos de quem é pequena. Os encargos se multiplicam em progressão geométrica enquanto os recursos crescem linearmente. A Universidade brasileira carece de ousadia para vencer o convencionalismo e o tradicionalismo que já mostram sua saturação diante dos novos desafios postos aos nossos jovens. Insisto em afirmar, por último, que a lição dos tempos mais atuais nos alerta que, quando se está ganhando, não é hora de recuar, antes de avançar ainda mais para robustecer a vitória por todos desejada. Sinto que a Universidade brasileira, como um todo, está avançando em qualidade e não pode e não deve desestimular-se.

Édson Franco é Reitor da Universidade da Amazônia (UNAMA). Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Integra a Comissão Assessora de apoio à Secretaria de Ensino Superior para a elaboração de proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta de educação a distância. Conselheiro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

“Universidade de idéias e idéia de universidade”, prescreve Boaventura Souza Santos, *in Pelas Mãos de Alice*, registrando compromissos que, no passado, a Universidade jamais teria de cumprir. A idéia do “simples” e do complexo na área empresarial e tributária ilustra a minha afirmação de que, em escola, não há economia de escala. A ousadia, por seu turno, é fruto da criatividade, do inconformismo, da busca do novo e do melhor. “É no reino da desordem que está a magia da criação”, asseguramos William Kennedy. No esporte, na política e na casa do conhecimento, não se compra a idéia do ganho antecipado, do recuo pela vitória iminente, mas a luta persistente e infinita, daí a perpetuidade da Universidade, de que nos fala Clark Keer.

Nestes oito anos de Governo Fernando Henrique, testemunhamos o avanço quantitativo do ensino em todos os níveis e graus, como mostram robustamente as estatísticas. Testemunhamos, também, os esforços realizados no sentido da promoção da avaliação de qualidade. Testemunhamos o quanto foi capaz o Governo no sentido de nos proporcionar as melhores estatísticas educacionais, estatísticas de que não dispúnhamos, embora não hajam sido, ainda, suficientemente interpretadas pelos nossos estudiosos. Enquanto isto, sentimos na pele o desconforto da instabilidade, fruto de uma certa *legismania*, de uma legislação despejada aos borbotões, que fruiu da tentativa frenética de interpretação da Lei de Diretrizes e Bases. Tal fato exige, agora, um desmedido empenho no sentido da consolidação das normas vigentes, respeitados o princípio da hierarquia das leis e o princípio de que a ninguém é lícito ignorar a Lei.

Quatro expressões vêm à minha mente ao refletir sobre a Universidade brasileira em nossos dias: dicotomia, antropofagia, autonomia e fomento.

Temos de extirpar dos escaninhos mais profundos das nossas mentes e dos nossos corações a dicotomia vigente entre o público e o privado, nefasta dicotomia que impede, não raro, as necessárias parcerias para o desenvolvimento qualitativo do ensino superior. Claro que essa dicotomia se faz mais presente nos porões universitários do que nos campanários das nossas instituições. Sinto que o Governo, por ser o mantenedor maior do ensino superior público, contribui de algum modo para o avanço dessa dicotomia e, muitas vezes, procurando cuidar do abuso, acusa, atemoriza e impede o uso e a salutar ousadia necessária à Universidade moderna, anatematizando experiências que poderiam e que podem vir a ser vitoriosas.

Temos de colocar cobro na antropofagia entre instituições, especialmente privadas, que está grassando em grandes centros do País num desmedido avanço para a grandeza, esquecendo, muitas vezes, que a imagem da marca é mais importante que o ativo das instituições, como bem nos ensinam os publicitários do mundo inteiro. Não cabe trocar a lógica do conhecimento pela lógica do Mercado. Guerras de preços e de espaços mostram o clima antropofágico que está presente em muitas áreas do Brasil. Não se trata de imaginar que sobrarão, dentro de algum tempo, os supermercados da educação e as lojas de conveniências, como aprendemos em recente encontro promovido pela Anup. Trata-se, sim, de um ordenamento fundado na ética e na competência. A grandiosidade das instituições universitárias, sejam elas públicas ou sejam elas particulares, há de ser medida pelo contributo de construção do conhecimento, visto que a globalização no setor educacional favorece muito mais as nações de centro do que os países de periferia do sistema econômico. Em vista dessa antropofagia temo que, em breve, venha a emergir um CADE a intervir no sentido de regular eventuais monopólios que não

condizem com um novo tipo de domínio econômico. A antropofagia a que me refiro também ocorre quando se minimizam os tempos de estudos, atropelados por paralisações que, embora fundadas em justos motivos, não têm resultado em modificações efetivas da situação atual. Será que, neste caso, poderíamos falar não de um processo antropofágico, mas de um processo de eutanásia educacional?

Temos de conquistar a autonomia universitária verdadeira que frua do pensamento colegiado da academia e dos idealizadores das instituições universitárias e que resulte na configuração da real identidade das nossas instituições de ensino superior, com a ânsia de buscar a permanente vivência institucional. Autonomia e identidade são expressões que se associam e que exigem sistemática auto-avaliação para corrigir rumos, fazer ajustes e fortalecer instituições. Não pode haver meia autonomia nem a autonomia pode ser interpretada como soberania.

Temos de encontrar para além do que já foi criado nos últimos tempos – especialmente os recursos dos Fundos recém-instituídos – o fomento necessário para vir ao encontro dos esforços qualitativos realizados. Lamento que muito do processo de avaliação promovido nestes últimos tempos tenha sido marcado pelo espírito de ameaça em lugar do fortalecimento do espírito cooperativo e fomentador de maior qualidade das nossas instituições. As camadas populacionais que estão chegando às nossas instituições são geralmente mais pobres, resultam da expansão do ensino médio oferecido pelo Estado e sem, muitas vezes, os recursos para sua manutenção; revelam desníveis culturais que exigem desmedida agregação de valor inicial nos estudos, para que os egressos das nossas Universidades se situem em patamar aceitável de conhecimento e profissionalização, no cada vez mais restrito Mundo do trabalho.

Sou integralmente favorável à expansão quantitativa do ensino superior e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de auto-avaliação e avaliação externa, marcos dos tempos mais recentes. A democratização do ensino superior é uma exigência da nossa sociedade. Considere-se, todavia, que o vetor da luta neste campo se inverteu. Faz menos de três décadas que nos era dado assistir à guerra dos “excedentes”, gente que esbarrava na limitação de vagas para acesso ao ensino superior. Na virada do milênio, começamos a perceber não uma nova guerra, mas uma caça aos candidatos ao ensino superior. É evidente, pois, que o cursor da busca se inverteu e não será com mera imposição legal que se fará chegar ao patamar universitário gente não suficientemente preparada. Precisamos, sim, criar programas de nivelamento, dispostos em nossos cursos, de tal maneira que, após a realização da liturgia dos ingressos acadêmicos, seja fácil o percurso do aluno no ensino de terceiro grau. O ensino para a camada elitista do conhecimento não pode ser o mesmo ofertado para quem não conseguiu superar as deficiências de uma educação básica e média de qualidade discutível, como vimos testemunhando.

Sou integralmente favorável à avaliação de qualidade promovida pelo Governo, como determina a nossa Constituição. Todavia, estão aí as ISO e as agências credenciadas do Inmetro a demonstrar que não é só do Governo a autoridade e a competência para avaliar. Neste aspecto, algumas medidas parecem ser muito urgentes porque inteiramente oportunas. Primeiro, a responsabilização dos concluintes quanto aos resultados do Exame Nacional de Cursos é uma necessidade evidente. Seus históricos escolares não podem silenciar sobre o que alcançaram os concluintes nesta “prova de Estado”. Segundo, é necessário premiar as Escolas e Universidades que alcançaram patamares excepcionais no Exame Nacional de

Cursos. No mundo em que vivemos, o espírito de competição assoma condição ímpar para a peleja por melhores resultados nas avaliações dos concluintes. Não basta premiar individualidades, alunos de excepcional competência. É necessário também, e sobretudo, premiar instituições pelos feitos alcançados. Terceiro, é fundamental apontar caminhos de recuperação e apoio para as instituições de resultados menos favoráveis. Afinal, o objetivo da avaliação não é a punição, mas a elevação de qualidade. Quarto, desafio realmente importante é que se tome a avaliação de qualidade, nas suas mais variadas formas, como instrumento de crescimento qualitativo, sobremaneira numa hora em que não se podem padronizar indicadores para servirem de forma única para instituições tão diversificadas. É indispensável, sim, adequar os indicadores de tal maneira que possam ser mais bem aferidas as identidades das instituições universitárias. A simples ousadia na aplicação das diretrizes curriculares universitárias pode-se constituir, se assim não for procedida a avaliação, em engessamento de formas e em castração de identidades.

Sou integralmente favorável à liberdade de iniciativa das instituições universitárias. Desta maneira, entendo que, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a entidade educacional deve explicitar seu crescimento quantitativo e seu desenvolvimento qualitativo, seja ela portadora da autonomia constitucional, seja ela de menor porte e, portanto, até agora submetida aos cartórios governamentais. Estou muito feliz com este meu pensar, pois já não é somente meu, mas de gente de brilho acadêmico próprio, como é o caso da Professora Eunice Durham, recém-reverenciada pela Universidade de São Paulo pelos seus eméritos procedimentos acadêmicos.

Sou inteiramente favorável à expansão da pós-graduação, até mesmo para que os docentes formados nesse nível possam acompanhar o processo expansionista verificado na graduação e cogito que essa expansão há de ser induzida em áreas do País onde as desigualdades regionais sejam evidentes. Vou além, entretanto, para ressaltar a urgente necessidade de que os programas de pós-graduação não se restrinjam ao âmbito meramente acadêmico, mas avancem na profissionalização de docentes para a sala de aula e na profissionalização de gestores educacionais de terceiro grau. Para isso, há necessidade de vencer pensares encastelados em corporativismos decadentes.

Outro aspecto que imagino deva ser cogitado de forma mais agressiva é o referente, no campo educacional, à educação a distância, de que a UnB tem prevalência de pioneira, incluindo o campo da pós-graduação em sentido lato. Há inegáveis camadas populacionais brasileiras que constituem demanda reprimida, assim como há profissionais que requerem renovação de conhecimentos de modo a garantir o *status* a que chegaram. Não será possível alcançar os patamares previstos no Plano Nacional de Educação sem que tenhamos de recorrer ao ensino à distância na formação específica, na graduação e na pós-graduação. Se formos lerdos neste campo, se o Governo acrescentar barreiras ao desenvolvimento do ensino a distância e se não cuidarmos para que tal ensino acompanhe o desenvolvimento tecnológico disponível, estaremos juntos renunciando ao nosso papel universitário. Embora haja preconceitos contra o ensino a distância, com certeza ele exige deliberação de estudos de parte do alunado muito mais coerente do que muitas vezes requer o ensino presencial, da presença *pro forma*. Por outro lado, no campo do ensino a distância, o processo de globalização parece estar à nossa porta e isso pode inverter a grandeza do nosso esforço

educacional em vista de uma possível troca entre a informação disponível e a formação necessária, ainda que a distância.

Assim como foi impossível tapar o sol com a peneira, como se viu na Reforma Universitária de 68, quando se cogitou apenas de dois modelos institucionais – a Universidade como fim e a escola isolada como princípio –, está na hora de revermos o conceito generalizado de indissociabilidade. Há e deve haver Universidades de pesquisa e Universidades de ensino, sem que isso resulte em demérito para uma e em mérito para outras, mas em identidades próprias bem definidas nas missões a que se propõem. Umhas e outras podem contribuir decisivamente para a criação da cidadania e para o desenvolvimento nacional. Algo da ousadia a que aludi no começo deste pronunciamento repousa nesta decisão institucional sem que para tanto se tenha de tirar divisas de uma ou adotar mudança de nomes para outras. Não é a nomenclatura que expressa a qualidade, como não é a nomenclatura que define a identidade.

Uma derradeira preocupação me alcança: é relativa à condição econômica para que o estudante possa realizar sua caminhada universitária. O que vimos testemunhando é que o financiamento do estudante de ensino superior resulta num programa impopular para o Governo na medida em que os anseios pelo financiamento ultrapassam as duas centenas de milhares e os aquinhoados são contados em escala muito inferior aos 15% dos pleitos, pela indisponibilidade de recursos para o programa de financiamento. O que se constata é que não basta a gratuidade para o jovem carente. Ela não é suficiente. Imagine-se como é muito pior para o estudante que tem de contribuir com mensalidades escolares. Nesse caso, as dificuldades são maiores ainda. Até aqui, não se encontrou uma forma de ampliação dos recursos e viceja na sociedade a idéia que o Governo se mostra surdo aos anseios dos jovens. Educadores, políticos, economistas e profissionais de

orçamentos precisam dar as mãos para encontrar solução para esse problema que vem impedindo quase metade dos egressos de ensino médio de buscarem a Universidade, pela consciência que já têm de que serão incapazes de se manterem no ensino superior. Penso muito que ainda não fomos criativos o suficiente para conceber e desenvolver programas de emprego e renda para os jovens universitários, de sorte a minimizar os efeitos decorrentes das dificuldades financeiras.

Tenho imaginado formas de contemplação do financiamento e penso que há dois momentos especiais para que assim ocorra: antes do ingresso na Universidade, quando, portador de uma carta de crédito, possa o estudante demandar o curso e a instituição que deseje frequentar, e, quando nela for alcançado por um revés financeiro, possa pleitear a continuidade de seus estudos. Estou seguro que as instituições privadas estão dispostas a colaborar nestas circunstâncias tornando mais equânimes os procedimentos tributários, pelo alcance mais direto dos necessitados, sem que os tributos sofram tantos trâmites que corroboram para o desperdício burocrático.

Estas reflexões são muito modestas, tenho certeza, porém muito importantes para quantos estão frequentando os páreos eleitorais. Na caminhada eleitoral, é muito comum defrontarem-se os participantes com soluções para todos os males nacionais, verdadeira panacéia, mas, no topo do poder, com certeza, encontrarão óbices para tornarem realidade suas promessas de campanha. Assim, preferi ser mais modesto em meus sonhos do que sonhador de sonhos impossíveis.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy